

## Assembleia Geral

4 de junho - quarta-feira  
17h30  
Sala 2 do Instituto de Psicologia  
Praia Vermelha

PAUTA

- 1) Informes;
- 2) Avaliação da Conjuntura;
- 3) Greve nacional dos docentes das IFE;
- 4) Assuntos gerais.

## Conselho de Representantes

03 de junho - terça-feira às 18h  
Anexo do CCJE - Praia Vermelha

PAUTA

- 1) Informes;
- 2) Avaliação da Conjuntura;
- 3) Greve nacional dos docentes das IFE;
- 4) Assuntos gerais.

[www.adufrj.org.br](http://www.adufrj.org.br)

# AduFRJ

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

## SEÇÃO SINDICAL

Andes-SN - Ano XIII nº 847 - 2 de junho de 2014 - Central Sindical e Popular - Conlutas

### PAINEL ADUFRJ

## Greves e protestos esquentam a conjuntura no país

Página 11



### Carreira Docente

# Consuni vota regulamentação dia 5 de junho

Reitoria articula proposta conciliatória **Página 3**

### Ensaio

Um banho de imagens revela ângulos belos e intrigantes da Ilha do Fundão

Página 12



## Encontro Estadual de Educação: dias 6 e 7

Reunião será no IFCS e é preparatória ao Encontro Nacional de Educação previsto para agosto, também no Rio. Em entrevista, o professor Roberto Leher, ao comentar a virtual aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) pelo Congresso, alertou para os perigos da mercantilização do setor contidos no PNE. **Página 4**

## Técnicos impedem acesso ao prédio da reitoria

Com a operação, os técnicos-administrativos em greve há dois meses arrancaram da reitoria o compromisso de discussão da jornada de trabalho e sobre o turno único da categoria.

Página 2

# Que bom te ver viva

A cineasta Lúcia Murat (de óculos e casaco azul, no centro da foto) empresta o seu nome ao cineclube inaugurado na noite de quinta-feira 29, na Praia Vermelha. A atração do evento, além da presença da diretora, foi a exibição do filme "Que bom te ver viva", no qual a cineasta, por meio de depoimentos, expõe as marcas psicológicas em mulheres torturadas pela ditadura. Presa em 1971, a própria Lúcia sofreu nos porões do regime.

Página 9



## STF: Andes-SN é quem representa os docentes

Página 7

## Aposentados Luta pelo fim da contribuição previdenciária

Página 10



## SEGUNDA PÁGINA

# Técnicos fecham prédio da reitoria

Técnicos-administrativos conseguem compromisso da administração da UFRJ de discutir jornada de trabalho e turno único da categoria no Consuni marcado para 5 de junho

Eles também querem que seja reiterado o apoio à paralisação

**Filipe Galvão**

Estagiário e Redação

Os técnicos-administrativos bloquearam durante o dia 29 os acessos ao prédio da reitoria da UFRJ, na ilha do Fundão. A ação conduzida pelo comando local da greve foi decidida na assembleia do Sintufjr dois dias antes.

Há pouco mais de dois meses em greve, os servidores decidiram radicalizar a luta ante a negativa do governo em abrir negociação com a categoria. O movimento reivindica, en-

tre outros itens, a redução da jornada para 30 horas, sem redução salarial, com aplicação do turno único de seis horas (dessa forma, com servidores revezando-se nos turnos, manteriam abertos todos os setores da instituição, desde bem cedo até o fim da noite) e o posicionamento da reitoria da UFRJ reiterando o apoio à greve.

O bloqueio começou às 7h. Em deliberação no próprio local, os organizadores do movimento decidiram impedir o acesso de qualquer um ao prédio até que a reitoria se manifestasse.

O vice-reitor Antônio Ledo e o pró-reitor de Pessoal, Roberto Gambine, apareceram para negociar. O comando local da greve conseguiu uma nota con-

firmado o compromisso da administração da UFRJ em discutir as pautas dos servidores no próximo Consuni, marcado para 5 de junho.

Após a publicação da nota pelo site da Universidade, já no período da tarde, o edifício foi liberado

## Avaliação

Membro da Coordenação de Comunicação Sindical, Francisco Carlos dos Santos, informou que a luta dos servidores, além da jornada de 30 horas, é para impedir a entrada, na UFRJ, da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsrh) e democratizar a Universidade. A preocupação gira em torno dos projetos de privatização da universidade pública. Segundo

Francisco, "o Sintufjr, a Adufrj-SSind, o DCE-UFRJ e o APG são contra essa 'nova universidade'. Nós temos uma posição bastante clara", afirmou.

Presente ao ato, o presidente da Adufrj-SSind, Cláudio Ribeiro, observou ser importante entender por que a situação chegou a esse ponto. Para Cláudio, o gradual sucateamento da estrutura do ensino público superior e a degradação das carreiras dos docentes e técnicos evidenciam o projeto de Universidade defendido pelo governo. "A Universidade finje que está tudo normal, mas a luta dos técnicos, dos alunos e dos professores é necessária pra barrar o projeto de privatização da universidade pública", disse Cláudio.

## AOS LEITORES

A versão impressa do **Jornal da Adufrj** é enviada pelos Correios aos aposentados. Para os demais professores, a publicação fica disponível em locais espalhados pela UFRJ. Por dificuldades de distribuição, também recebem em casa os sindicalizados ativos do polo de Xerém e do *campus Macaé*. A versão *online* pode ser lida no site [www.adufRJ.org.br](http://www.adufRJ.org.br). Mas ao docente interessado em receber o jornal em casa, basta escrever para [secretaria@adufRJ.org.br](mailto:secretaria@adufRJ.org.br).

## Plano de saúde

Novas adesões para o convênio firmado entre a Unimed e a Adufrj-SSind ocorrem de 1º a 18 de julho para utilização em 10 de agosto de 2014.

## Tabela

A tabela com os valores por faixa etária pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro deste ano.

## Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelo telefone 97686-6793 ou pelo e-mail [convenio.unimed@adufRJ.org.br](mailto:convenio.unimed@adufRJ.org.br).

Filipe Galvão - 29/05/2014



Coordenador de Comunicação Sindical do Sintufjr, Francisco Carlos dialogou com o vice-reitor Antônio Ledo (ao centro) e o pró-reitor de Pessoal, Roberto Gambine

## Agenda

- 6 e 7 de junho**  
**Encontro Estadual de Educação**  
Rio de Janeiro (RJ)
- 6 a 8 de junho**  
**Reunião da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas**  
São Paulo (SP)
- 8 a 10 de agosto**  
**Encontro Nacional de Educação**  
Rio de Janeiro (RJ)
- 21 a 24 de agosto**  
**59º Conad do Andes-SN**  
Aracaju (SE) - com o tema central "Luta em defesa da educação: autonomia da universidade, 10% do PIB exclusivamente para a educação pública."

## Reunião do GT Ciência e Tecnologia da Adufrj-SSind

quarta-feira  
11 de junho - 17h  
sede da Adufrj-SSind  
(CT, Bloco D, sala 200)

## SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

**Diretoria da Adufrj-SSind** Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUF RJ-SSIND** Colégio de Aplicação Renata Lúcia Baptista Flores; Maria Cristina Miranda Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique Andre Ramos Wellen; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Patemostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Vitor Mario Iorio; Antônio José Barbosa de Oliveira Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecilia Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sylvia Meimaridou Rola; André Orioli Parreiras Escola de Belas Artes Patrícia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogéria Moreira de Ipanema Faculdade de Letras Gumercinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbiriba Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Nery Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Eduardo Gonçalves Serra Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Filipe Ferreira Galvão e Guilherme Karakida Tiragem 4.000 E-mails: [adufRJ@adufRJ.org.br](mailto:adufRJ@adufRJ.org.br) e [secretaria@adufRJ.org.br](mailto:secretaria@adufRJ.org.br) Redação: [comunica@adufRJ.org.br](mailto:comunica@adufRJ.org.br) Diretoria: [diretoria@adufRJ.org.br](mailto:diretoria@adufRJ.org.br) Conselho de Representantes: [conselho@adufRJ.org.br](mailto:conselho@adufRJ.org.br) Página eletrônica: <http://www.adufRJ.org.br>

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.



## REGULAMENTAÇÃO

# Reitoria apresenta proposta conciliatória sobre carreira

Documento, enviado à Comissão Permanente de Pessoal Docente, será pautado no Consuni do dia 5

**Tema é da maior importância para os professores**

As carreiras, de magistério superior (MS) e de Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT), não atendem aos interesses da categoria e prejudicam direitos dos professores. Foram impostas pelo governo ao final da greve de 2012.

Só que, de acordo com a lei nº 12.772 (que instituiu o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal – que engloba MS e EBTT), cabe aos conselhos de cada instituição federal de ensino regulamentar o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção. As discussões sobre regulamentação estavam polarizadas na UFRJ entre uma proposta originária da CPPD e outra da Coppe.

Porém, nos últimos dias, a reitoria da UFRJ fez tramitar uma proposta de regulamentação interna da carreira, conciliatória, que pode ajudar a preservar os direitos dos professores. O documento foi encaminhado à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) da universidade e deve ser pautado no Consuni do dia 5 como uma harmonização das proposições que chegaram ao colegiado. Confira, no nosso site, na seção “carreira docente”, esse texto da reitoria, na íntegra.

Vale dizer que a proposta da administração central da universidade pretende fazer a regulamentação de todas as

classes da carreira. E unifica, em uma só resolução, as carreiras de magistério superior e de Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT).

**Proposição é um bom começo**

De acordo com a professora Maria Malta, representante dos Adjuntos do CCJE no Consuni, a iniciativa da administração da UFRJ merece elogios: “Foi um movimento importante da reitoria de formular uma proposta de conciliação, reconhecendo que a universidade precisa reformar seus critérios de progressão considerando sua diversidade de atuação de professores, perfis de atuação e de áreas”. E acrescentou: “Só na diversidade é que é possível manter a unidade da universidade”. A docente deixa claro, no entanto, que a proposta da reitoria ainda possui alguns problemas que podem ser corrigidos.

Luciana Boiteux, diretora da Adufrj-SSind, aponta para “o acerto da reitoria em propor que a discussão no Consuni se inicie com uma proposta conciliatória”. Elogiou também “a regulamentação de todas as classes numa única resolução, o que atende a uma demanda dos docentes” e “o reconhecimento da possibilidade de que os efeitos não financeiros da progressão possam retroagir à data do protocolo”, proposta esta surgida nas discussões realizadas no âmbito do GT Carreira da Adufrj-SSind e aprofundada no Seminário realizado pela Seção Sindical.



O reitor Carlos Levi e o vice-reitor Antônio Ledo

**SUA**

**carreira**

**ESTÁ EM JOGO**

**Será que seu trabalho será reconhecido pela universidade?**

**5 de junho**  
(quinta-feira) 9h30  
prédio da reitoria  
2º andar

Compareça  
à reunião  
extraordinária  
do Conselho  
Universitário!



# BATEPRONTO/Política Educacional

ROBERTO LEHER/Professor Titular da Faculdade de Educação da UFRJ

## Só lutas massivas vão barrar mercantilização em curso



Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

O texto-base do Plano Nacional de Educação (PNE) governista foi aprovado no Congresso Nacional, na noite de 28 de maio — apenas alguns destaques serão votados pelos parlamentares nos próximos dias. Para repercutir o ocorrido, o **Jornal da Adufrj** ouviu o professor Roberto Leher, que integra o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública representando a Seção Sindical. Ele analisa quais articulações são necessárias para enfrentar este plano e de que maneira os encontros Estadual (dias 6 e 7 de junho, no IFCS) e Nacional de Educação (de 8 a 10 de agosto, também no Rio de Janeiro) podem colaborar nesse processo.

### Como o movimento pretende articular uma resposta ao PNE em tramitação?

O PNE está em fase final de votação. É uma causa perdida, pois o projeto tem como objetivo a erosão paulatina do conceito público até que seja naturalizada a oferta privada, mas ressignificada agora como pública, pois gratuita! O objetivo é impedir que tais medidas se efetivem. Teremos de organizar a denúncia, as resistências e as propostas alternativas, pois estamos em um contexto em que não bastará dizermos não. Precisamos de uma agenda positiva, que expresse o melhor da concepção de educação pública antimercantil.

### Qual a importância do Encontro Nacional de Educação (ENE) que ocorre em agosto? De que maneira o Encontro Estadual (nos próximos dias 6 e 7, no IFCS) ajudará a construir e organizar o ENE?

O ENE poderá cumprir uma tarefa crucial, tanto em termos táticos, como em termos estratégicos, pois objetiva criar um espaço comum de estudos, reflexões, publicações, proposições alternativas, para potencializar e elevar a qualidade das lutas em defesa da educação pública. Particularmente, vejo no Encontro uma oportunidade de criação de maior unidade às lutas que transtornam a aparente calma das políticas mercantilistas em curso na educação brasileira. Atualmente, os bancos e fundos de investimentos dominam as principais corporações de ensino superior; as universidades públicas estão sob pesada influência de demandas particularistas do capital por meio da Lei de Inovação Tecnológica e de editais do Ministério da Ciência e Tecnologia que tensionam a universidade como organização de serviços, e por aí vai. Não é mais possível resistir a esses avanços apenas por meio de lutas econômico-

corporativas específicas; ao contrário, somente lutas massivas, de enorme proporção, podem alterar o curso da mercantilização.

O Encontro Estadual, como etapa preparatória do ENE, cumpre papel destacado de diálogo entre sindicatos, entidades acadêmicas, movimentos sociais, movimentos estudantis etc. Sem a construção prévia de convergências, de diagnósticos compartilhados sobre os desafios da luta, dificilmente lograremos dar um salto qualitativo que confirme a emergência de um novo ponto de partida para a educação pública.

### Quais as expectativas?

Realizaremos o Encontro Estadual em condições difíceis, início do recesso em algumas universidades, greves no setor federal — CPII, por exemplo — e de greves no estado e nos municípios. Isso vai exigir muito trabalho político e conversas com as entidades para que possamos fazer um grande e fecundo encontro estadual. A expectativa é de que seja possível aprovar um diagnóstico da ofensiva mercantil sobre



O país gasta pouco com Educação, menos de 5% do PIB, sendo que 4/5 dos recursos provêm dos estados e municípios, enquanto que a União, embora possua mais de 60% dos tributos, entra com recursos minguados



a educação pública, pensar a metodologia e os objetivos do ENE e criar uma comissão organizadora para ampliar a participação dos integrantes, uma condição para o êxito do ENE.

### O que demonstra a conjuntura de greves na Educação? É possível barrar o sucateamento em curso no setor público?

Sim, certamente, o quadro é de enorme sucateamento, não apenas da educação básica, mas também das universidades públicas como o **Jornal da Adufrj** está demonstrando em suas reportagens sobre a situação das Unidades. O país gasta pouco com Educação, menos de 5% do PIB, sendo que 4/5 dos recursos provêm dos estados e municípios, enquanto que a União, embora possua mais de 60% dos tributos, entra com recursos minguados e, em valores relativos, em comparação com os estados e municípios, decrescentes. O orçamento da União para as Federais está congelado desde 2012, em ordem de grandeza, e em valores corrigidos: R\$ 25 bilhões no final de 2013.

Apenas para exemplificar o quão reduzido é esse montante: as três universidades estaduais paulistas receberam R\$ 8,3 bilhões em 2013 que, a rigor, pelo cálculo do ICMS, deveria ser de R\$ 11,5 bilhões, quase a metade do orçamento geral das 60 universidades federais!

Os reitores confiaram no MEC quando estabeleceram o contrato de gestão do Reuni. As universidades cumpriram com sua parte, ampliando muito as suas matrículas, mas os recursos adicionais não vieram. Não existiu o chamado Reuni II com verbas para assegurar a expansão realizada. O sucateamento será inevitável, se não houver reversão do congelamento dos recursos. Daí a importância de retomarmos as lutas nacionais em defesa da educação pública!

### Encontro Estadual de Educação ocorre dias 6 e 7 de junho

É a etapa preparatória do Rio de Janeiro para o Encontro Nacional de Educação (de 8 a 10 de agosto), que será realizado também na capital fluminense.

O Encontro Estadual de Educação pretende construir um diagnóstico do setor no estado e um calendário de atividades que unifiquem toda classe trabalhadora e juventude na defesa da educação pública.

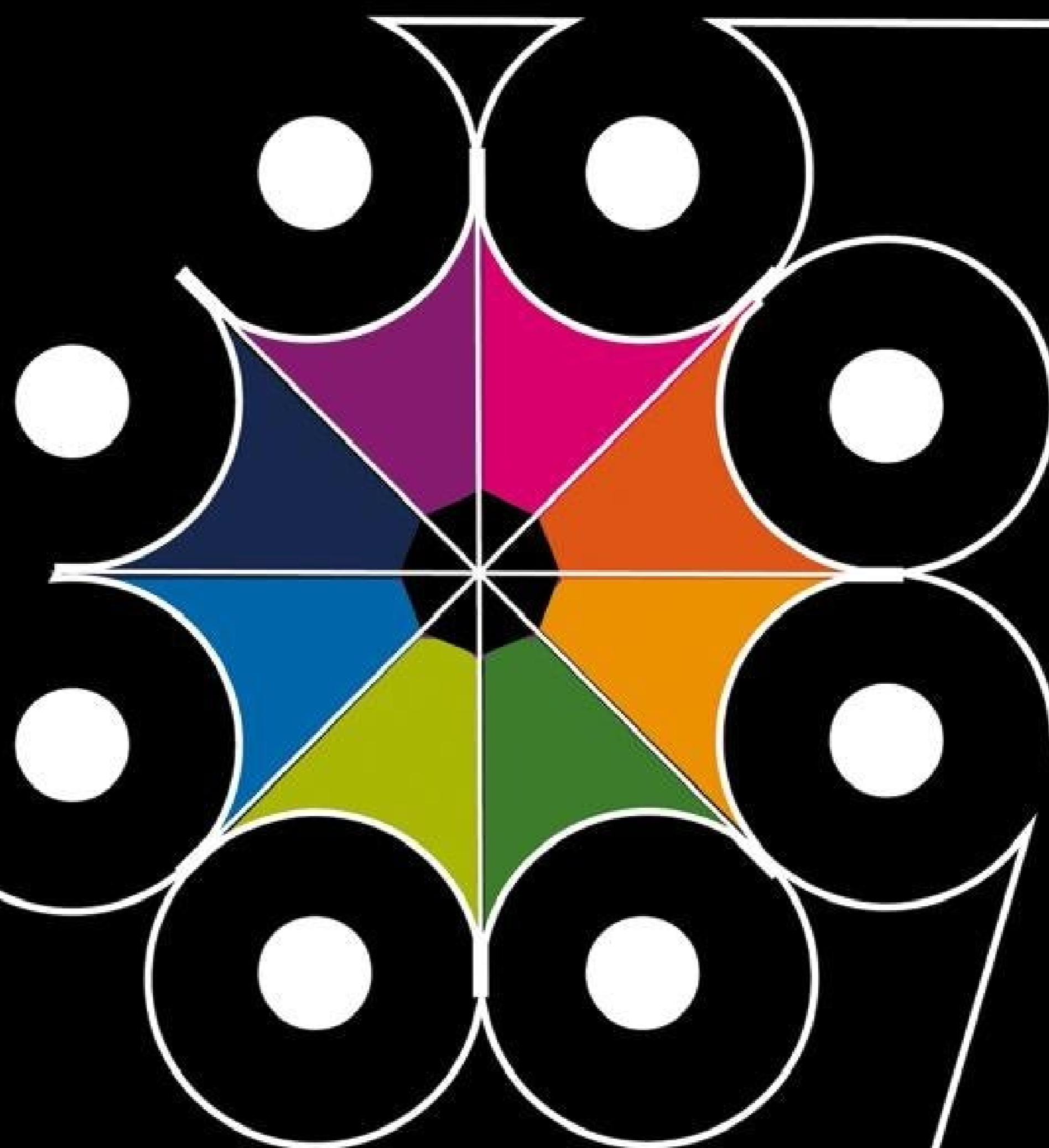
Local: IFCS/UFRJ, às 18h

Largo do São Francisco, nº 1

Centro - Rio de Janeiro

Mais informações em:

Facebook.com/2014ENE e ene2014.wordpress.com.



# Encontro Estadual de Educação

**6 e 7**  
de junho  
de 2014

**IFCS - UFRJ**

Rio de Janeiro - RJ

**FóRUM** ESTADUAL  
EM DEFESA DA  
**ESCOLA**  
**PÚBLICA**  
[www.fedep.org.br](http://www.fedep.org.br)



## ANDES-SN

# Setor das Federais indica greve para o mês de junho

Assembleias em todo o país vão discutir o tema até realização do próximo Setor das Ifes. Reunião, em 7 de junho, poderá marcar a data de início da paralisação nacional das atividades por tempo indeterminado

AG da Adufrj-SSind ocorre em 4 de junho, na Praia Vermelha

Os professores das Instituições Federais de Ensino decidiram intensificar a mobilização e indicaram a deflagração de greve por tempo indeterminado para o mês de junho. A decisão foi tomada na reunião do Setor das Ifes do Andes-SN, realizada em 24 e 25 de maio, com a presença de 50 representantes de 36 Seções Sindicais e oito diretores nacionais.

A deliberação foi tomada com base na avaliação dos resultados das assembleias. Pesaram neste contexto vários dados de conjuntura, como a suspensão da reunião entre o Andes-SN e a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (dia 21), devido à dificuldade de agenda do secretário da Sesu/MEC, Paulo Speller. Outro ponto destacado durante as discussões foram os vários informes sobre a paralisação e suspensão das atividades em diversos *campi* por falta de infraestrutura e de condições de trabalho e ensino.

Os docentes presentes à reunião aprovaram ainda a realização de nova rodada de assembleias gerais, entre 2 e 6 de junho, incluindo na pauta o tópico "data para deflagração da greve". Também está convocada nova reunião do Setor das Ifes, em Brasília, dia 7 de junho, para deliberar sobre o início da paralisação nacional das atividades. A AG da Adufrj-SSind, que vai tratar do assunto, está marcada para 4 de junho, no *campus* da Praia Vermelha (veja chamada da capa).

"Foi uma reunião amplamente representativa. As informações trazidas pelos representantes das seções sindicais demonstram um evidente aumento da indignação frente ao descaso do governo com as pautas dos trabalhadores da educação federal e apontam como reação a intensificação da mobilização", avalia Marinalva Oliveira,



Cinquenta representantes de 36 seções sindicais, além de oito diretores nacionais, participaram da reunião do Setor presidenta do Andes-SN.

De acordo com Marinalva, os depoimentos trazidos da base sinalizam claramente a disposição dos professores de lutar pela reestruturação da carreira, pela valorização salarial dos ativos e aposentados, por melhoria das condições de trabalho e em defesa da autonomia universitária, os quatro eixos centrais da pauta de reivindicações dos docentes, protocolada junto ao MEC no início do ano.

O Setor das Ifes também avaliou como muito grave o cancelamento, por parte do MEC, da reunião com o Andes-SN agendada para 21 de maio. O compromisso, firmado há mais de um mês, daria continuidade às discussões em torno da reestruturação da carreira docente e outros temas. O processo havia sido iniciado em março deste ano, resultado da pressão da categoria pela abertura de negociações em torno da pauta dos docentes. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)

**Agenda de mobilização e luta definida pelo Setor das Ifes**

**De 2 a 6 de junho**  
Rodada de Assembleias Gerais das seções sindicais;

**7 de junho**  
Reunião do Setor das Ifes;

**12 de junho**  
Ato nacional "Na Copa Vai Ter Luta", em São Paulo, a partir das 13h (Abertura da jornada de mobilizações "Na Copa Vai Ter Luta", com grandes mobilizações populares em todas as grandes cidades do país, no período dos jogos da Copa).



## MOVIMENTO

# STF: Andes-SN é o legítimo representante dos docentes

Decisão divulgada recentemente anima trabalho de enraizamento do Sindicato em todas as universidades

## Publicação ocorreu no dia 28 de maio

Em decisão publicada no dia 28 de maio, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello, reconheceu o Andes-SN como legítimo representante dos docentes, conforme registro sindical parcial concedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Também foi negado provimento ao recurso em mandado de segurança impetrado pelo Proifes contra ato do ministro do Trabalho e

Emprego e decisão posterior do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a favor do Sindicato Nacional.

O 2º secretário e encarregado de Relações Sindicais do Andes-SN, Paulo Rizzo, explica por que o Proifes questionou o reconhecimento do Ministério do Trabalho e Emprego: “O Proifes, que é uma organização chapa-branca e não defende os interesses dos professores, tinha por objetivo deslegitimar o Andes-SN junto ao MTE”.

Para o diretor do Sindicato Nacional (que será o presidente do Andes-SN a par-

tir de agosto, para o biênio 2014/2016), está resolvida a questão: “O registro afirma o Andes-SN como legítimo representante sindical dos docentes das instituições públicas até que a Justiça decida sobre a representação no setor privado”, ressalta.

Para o ministro Celso de Mello, o acórdão do STJ “ajusta-se, integralmente, à orientação jurisprudencial que esta Suprema Corte firmou a propósito da matéria em análise”, pois reconheceu a validade jurídica do ato praticado pelo ministro do Trabalho que concedeu, provisoriamente, o

registro parcial ao Andes-SN.

“Essa orientação jurisprudencial, hoje consagrada no enunciado constante da Súmula 677/STF, nada mais reflete senão o reconhecimento de que, embora a entidade sindical possa constituir-se independentemente de prévia autorização governamental – eis que é plena a sua autonomia jurídico-institucional em face do Estado (CF, art. 8º, I) –, a Constituição não vedou a participação estatal no procedimento administrativo de efetivação, mediante ato vinculado, do registro sindical”, explica Mello na decisão.

“A decisão nos anima muito a dar continuidade ao enraizamento do Andes-SN em todos os locais de trabalho, que hoje se multiplicaram com a expansão sem qualidade, aprofundando a precarização existente nos diversos *campi* das universidades públicas pelo país. Este quadro demanda uma ação contundente do Sindicato e faz ainda mais necessário que os professores estejam organizados em todos os locais”, acrescenta Paulo Rizzo. (Fonte: Andes-SN, com informações do A&R informa. Edição: Adufrj-SSind)

## Nova diretoria da Aduff-SSind assume gestão

### Calendário promete muitas lutas até 2016

Filipe Galvão  
Estagiário e Redação

No último dia 23, a cerimônia de posse da nova diretoria da Seção Sindical dos Docentes da UFF (Aduff), entidade coirmã da Adufrj-SSind, acumulou energia para um biênio que promete muitas lutas. A gestão, que será presidida pela professora Renata Vereza, do curso de História, debuta justo na Copa do Mundo da FIFA e segue até as Olimpíadas, em 2016. O calendário é intenso e fértil.

Apesar do anúncio de chuva e do mau trânsito, os professores compareceram à sede do sindicato, na Rua Lara Vilela, em Niterói. Também prestigiaram o evento representantes de outros sindicatos, movimentos sociais, organizações estudantis e vereadores de Niterói. A noite foi de comunhão e consonância nos discursos.

### Balço da gestão 2012-14

Antes de dar posse à nova gestão da Aduff, a então presidenta Eblin Farage, da Escola de Serviço Social, considerou positivo o balanço dos últimos dois anos de luta. Em uma universidade onde metade de seus professores tem menos de cinco



Chapa “Aduff em movimento — de Luta e pela Base” estará à frente da seção sindical até 2016. Ao centro, de vestido escuro, a nova presidenta, Renata Vereza: “Somente de forma colegiada e coletiva é possível um avanço”, afirmou

anos de serviço, a Aduff precisou colher material e dialogar bastante para discernir os novos traços de uma categoria um pouco amorfa. Para isso, foram propostas ações e grupos de trabalhos. Destacaram-se nesse trabalho o Sindicato Itinerante (que atendia aos *campi* do interior do estado), a campanha de sindicalização e os GTs de Seguridade Social, de Etnia, de História do Movimento Docente e de Política Educacional.

### Solidariedade na luta

Convidado da mesa de transição, o coordenador geral do Sintuff, Pedro Rosa, reafirmou a solidariedade entre as catego-

rias. “Esse é o trilhar permanente: estarmos juntos”. Fizeram coro à união entre militâncias os vereadores Paulo Eduardo e Henrique Vieira (ambos do PSOL-Niterói).

Entre flores e abraços, Renata Vereza assumiu o cargo e convidou a todos para fortalecer a luta docente na UFF. Vereza leu uma carta-manifesto, espécie de programa da chapa, elaborada coletivamente, o que marca simbolicamente a gestão empossada. “Somente de forma colegiada e coletiva é possível um avanço, não só no sindicato, mas no mundo em si”, afirmou a nova presidenta da Aduff.



Após a cerimônia, os convidados desfrutaram um coquetel

Fotos: Imprensa Adufrj



## UNIVERSIDADE

# UFRJ discute seu orçamento

Diretrizes para os gastos de 2015 já começaram a ser discutidos: próxima reunião ocorre em 10 de junho

## Professor cobra atenção para o Complexo Hospitalar

**Silvana Sá**

silvana@adufrj.org.br

O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento da UFRJ, Carlos Rangel, convocou uma reunião da comunidade acadêmica para elaborar a Proposta Orçamentária de 2015. O encontro, 20 de maio, na sala dos colegiados superiores, teve por objetivo discutir diretrizes e indicadores para a matriz orçamentária da universidade.

Apesar da intenção de discutir o orçamento participativo, o máximo que se conseguiu foi definir alguns encaminhamentos que serão retomados em uma próxima reunião, agendada para 10 de junho, às 10h, no mesmo local.

Uma comissão, formada por três professores e dois estudantes se encarregará de "enxugar" os itens da matriz orçamentária que será montada a partir das demandas das Unidades. Haverá ainda reuniões de grupos de trabalho de Políticas de Assis-



Pró-reitor Carlos Rangel (PR-3) chamou primeira reunião para discutir o orçamento da instituição no dia 20 de maio

tência Estudantil e dos HUs para levantar as prioridades dessas áreas para o ano que vem.

### Empecilhos

Nelson Souza e Silva, professor Emérito da UFRJ, cobrou o posicionamento firme da universidade na defesa de seu

Complexo Hospitalar: "Há oito anos a UFRJ perde dinheiro de financiamento dos hospitais porque solicita os recursos de forma isolada. Colocar o Complexo para funcionar é lutar por mais recursos no orçamento".

Houve, ainda, críticas sobre a excessiva burocracia que mui-

tas vezes impede a execução do orçamento pelos Centros e Unidades, ocasionando a devolução de recursos para a União. A Lei de Licitações, nº 8.666/93, foi citada por Rangel como o principal empecilho: "A lei é ultrapassada", declarou.

Também houve a sugestão

para que as atividades de compras e almoxarifado pudessem ser centralizadas nas decanias para economizar recursos e dinamizar as execuções do orçamento: "Vejam, essa é uma ideia, mas também não sei qual a realidade de cada Unidade e Centro da UFRJ", disse o pró-reitor.

## ■ LUTA DE CLASSES

# Ricardo Antunes: o Estado a serviço das elites

## Palestrante em seminário da PR-4 resalta importância dos protestos

**Guilherme Karakida**

Estagiário e Redação

Se o Estado existe para preservar interesses político-econômicos das classes dominantes, cabe à maior parte da população lutar para modificar esta postura. Assim definiu Ricardo Antunes, professor de Sociologia do Trabalho na Unicamp, durante o seminário "Identidade e Classe", organizado pela pró-reitoria de Pessoal entre os dias 20 e 22 de maio, no auditório Roxinho (CCMN).

A poucos dias da Copa do Mundo, a declaração do palestrante vai ao encontro das paralisações e greves em curso. Essa mobilização prévia já demonstra o potencial de crescimento dos protestos durante o megaevento.



Roberto Gambine (à esq.), Agnaldo Fernandes e o palestrante Ricardo Antunes (da Unicamp)

### Leitura histórica

"Até 1930, por exemplo, o Estado que vigorou no Brasil representava os proprietários do café, sobretudo de São Paulo, e os aristocráticos criadores de gado e leite de Minas Gerais",

afirmou. "Por isso, República do Café com Leite", completou. Da mesma forma, a Era Vargas, para o professor, garantia o poder da burguesia, na medida em que mesclava ditadura e direitos para os trabalhadores. O

salário mínimo, criado por Getúlio, foi uma estratégia política e o maior exemplo disso. "Se a classe trabalhadora recebe, ela vai consumir. Então quem ganha? A burguesia! Essa era a cabeça que Getúlio tinha", disse.

### Capitalismo

Como era de se esperar, o autor de "Os sentidos de trabalho" criticou o sistema capitalista, que transforma o indivíduo em mercadoria e espalha a ordem neoliberal. "O Estado passa a ser regido por uma lógica privada que invade os espaços públicos", afirmou.

Como a plateia era formada por técnicos-administrativos, professores e estudantes, o pesquisador enfatizou a importância da universidade para o país. "Esse espaço é uma oportunidade para refletir sobre o nosso papel na História", disse. Além disso, ele analisou a onda de terceirização e privatização, fruto do neoliberalismo, dentro das instituições públicas de ensino superior. "A terceirização reduz o salário, elimina direitos e divide os trabalhadores".

O pró-reitor Roberto Gambine e o superintendente Agnaldo Fernandes foram os responsáveis pela mediação do debate.



## 50 ANOS DO GOLPE



Foto: Silvana Sá - 29/05/2014  
**Debatedoras posam entre as participantes do Coletivo de Mulheres, alunas e professoras da UFRJ**

# “Que bom te ver viva”

Filme de Lúcia Murat sobre as marcas psicológicas da tortura nas presas políticas da ditadura estreia o cineclube (que foi batizado com o nome da diretora) organizado pelo Coletivo de Mulheres da UFRJ

Adufrj-SSind apoiou a iniciativa

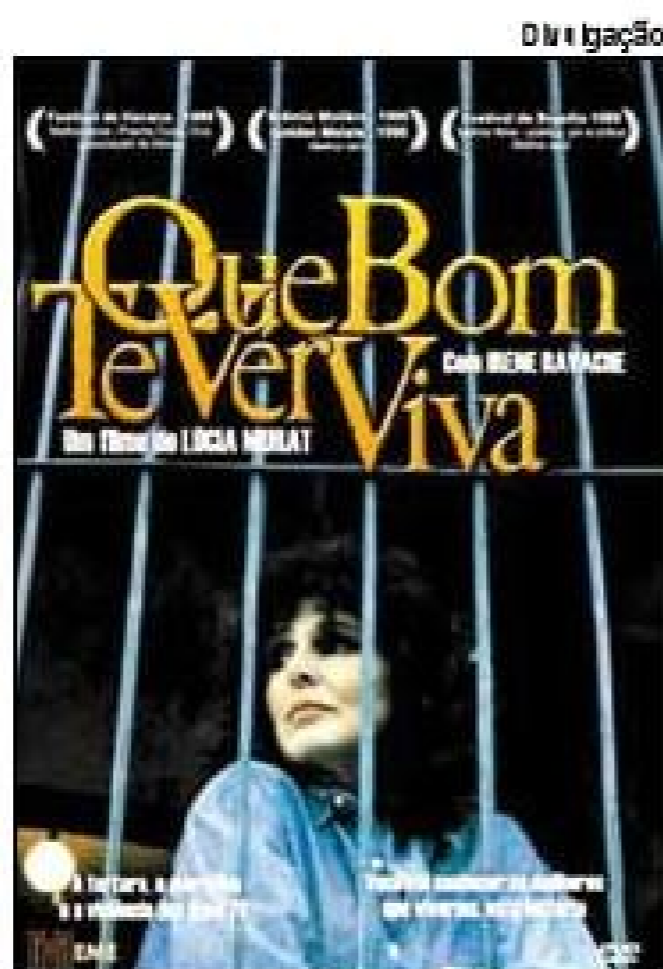
Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

As marcas psicológicas da tortura nas mulheres que foram presas políticas, durante a ditadura civil-militar, compõem o principal ingrediente do documentário “Que bom te ver viva” (1989) da cineasta Lúcia Murat. O filme mescla os depoimentos reais das mulheres com cenas de uma personagem vivida pela atriz Irene Ravache. Dentre as entrevistadas, está a ex-diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, professora Jessie Jane Vieira. Ela foi torturada e passou nove anos na prisão, onde teve sua filha. Mais do que dizer como aconteciam as torturas, o filme se dedica a tentar responder à inquietante pergunta sobre como aquelas mulheres conseguiram sobreviver ao terror nos porões do regime.

Lúcia Murat, ela mesma ex-presa política, participou do debate que ocorreu logo após a exibição do filme. Com ela, foram convidadas: Ana Miranda, também ex-presa política, integrante do Coletivo RJ Memória, Verdade e Justiça, e Maria Leão, diretora do DCE e estudante de Ciências Sociais da UFRJ. A professora Jessie Jane, também convidada, não pôde comparecer devido a um problema de saúde. A mediação foi feita pelo Coletivo de Mulheres da UFRJ. O novo Cineclube contou com o apoio do Cinerama (cineclube da Escola de Comunicação) e da Adufrj-SSind.

A cineasta contou que es-



creveu as falas da personagem fictícia baseada não só em suas experiências pessoais no cárcere, como também nas de amigos e conhecidos: “Quería trabalhar o terror interno. O filme tem, sim, um recorte de gênero, porque eu também sou mulher e queria falar sobre o horror que vivemos. Todas as histórias que escrevi, como por exemplo, a de ver o torturador no companheiro ou em outros homens, foram suscitadas na psicanálise, mas nem todas eram minhas histórias”.

Mesmo não estando mais sob o regime militar, Lúcia reconheceu que passou muito tempo anedrontada, especialmente após o anúncio do filme: “Já era 1989, mas a repressão ainda estava muito presente. Lembro de uma vez ter saído com minha filha de casa de madrugada porque achei que a casa estava sendo alvejada”.

## Denúncia e atualidade

Para Ana Miranda, também ex-presa política, o filme de Lúcia é “extremamente corajoso e atual”. “Cada vez que vejo

esse filme ele tem um significado diferente. Hoje, no contexto que vivemos ele é muito atual”. Ela reconheceu que por muitos anos houve um silenciamento sobre os casos de tortura sofridos no cárcere: “Quando a gente saiu (da prisão), vivíamos quase uma esquizofrenia, porque tinha sido tudo tão intenso e não podíamos falar sobre nada. Falar abertamente em um filme foi um ato de extrema coragem”.

Ana afirmou que mesmo passadas cinco décadas do Golpe, muita coisa ainda precisa ser descoberta e falada: “Essa discussão sobre passado é, na verdade, uma discussão do presente. Muita coisa não foi dita e vivemos toda essa repressão atual. O Estado continua sendo violento. Hoje, 25 anos depois do filme, 45 anos depois do que a gente passou e 50 anos depois do Golpe, esse filme é uma referência. Enquanto não provarmos que a ditadura atingiu muito mais pessoas do que se fala, que não foi uma coisa particular, precisaremos continuar discutindo”.

## Militância e gênero

A estudante Maria Leão informou que já existem provas de que são cinco mil mortes no campo e na floresta durante a ditadura. “Há ainda o pedido de triplicar o número atual de desaparecidos”. Da área de Ciências Sociais, a estudante escolheu a Sociologia do Trabalho para pesquisar sobre os sindicalistas perseguidos pelo regime. Ela disse que sua opção se dá pela história de sua família: “Minha família começou a ser perseguida na República Velha. Meu bisavô, Pedro Mota Lima, foi preso e torturado por ser jorna-

## Acessibilidade

Lígia Neves (foto), estudante da Faculdade de Letras, é deficiente auditiva e precisou de uma intérprete de Libras para participar do evento. “Observo o movimento dos surdos e percebo bastante luta sobre a inclusão em diversos aspectos, mas não vejo a luta das mulheres surdas. Existe uma vitimização da mulher surda. A história quando me olha, a medicina quando me olha, me vê como coitadinha. Eu não sou uma coitadinha. Tenho minha própria língua, faço minha faculdade. Eu sou uma lutadora”, disse a aluna.



lista e militante de esquerda. A perseguição continuou durante toda a história e se acentuou muito no regime militar”.

Ela afirmou que, embora os homens de sua família tenham sido reconhecidos pela sociedade, a história demonstra que as protagonistas são as mulheres: “Foram elas que segura-



## Quem é Lúcia Murat

Lúcia Murat é cineasta brasileira. Carioca nascida em 1948, ela estudou Economia na UFRJ e pertenceu ao Diretório Acadêmico. Em 1968, foi presa no congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna.

Com a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, Lúcia entrou para o grupo MR-8. Foi casada com Cláudio Torres, guerrilheiro que participou do sequestro do embaixador americano, em setembro de 1969. Após o sequestro, Lúcia Murat entrou para a clandestinidade. Presa em 1971, sofreu torturas no cárcere, onde ficou presa por três anos e meio.

ram a barra da família quando ocorriam as prisões, as torturas. Muitas delas foram também presas e torturadas. A história é delas também. Esse filme dialoga com essa história porque debate sobre militância e gênero. Ver o estupro como arma de tortura nos mostra que nossa luta ainda permanece”.



## FUNCIONALISMO

# Mobilizados pela PEC 555

Representantes de dezenas de categorias do serviço público de todo o país participaram de atividade, na Câmara dos Deputados, para exigir o fim da contribuição previdenciária dos aposentados do funcionalismo

**Diversos parlamentares demonstraram apoio à iniciativa**

Extinguir a contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados. Com esta finalidade, servidores públicos de todo o país lotaram o Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados em defesa da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 555/2006, no dia 29. O ato foi uma clara demonstração de como o movimento tem se consolidado e fortalecido a partir da integração de diversas categorias do serviço público, que representaram vários estados brasileiros.

Dezenas de parlamentares expressaram apoio à PEC 555 e se comprometeram a articular a votação da pauta na próxima semana, antes do início da Copa do Mundo e do recesso parlamentar. Em todas as falas, foi ressaltada a importância de manter a mobilização como forma de pressionar a votação imediata da PEC. Os deputados afirmaram ainda que é preciso corrigir a injustiça com os servidores públicos com a Emenda Constitucional (EC) nº 41 — que instituiu a cobrança previdenciária dos aposentados — e que a PEC 555 é um dos instrumentos para isto.

Os parlamentares também parabenizaram a força do movimento, expressada pela presença massiva de servidores públicos e diversas entidades no auditório, que exigiram, por meio de centenas de cartazes e faixas, a votação da PEC, “agora e já!”, e cobraram mais atuação dos deputados em relação à pauta.

O Andes-SN foi uma das entidades que integraram o ato, organizado pelo Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap), Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco Nacional), Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Sindicato nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) e Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco).

“Este é um momento importante para nós, de coroamento de um trabalho que envolveu a realização de várias audiências



**Servidores lotam** o Auditório Nereu Ramos, da Câmara, para exigir o fim da injusta taxaço da previdência dos aposentados

públicas nos estados. Vinte e quatro parlamentares se pronunciaram neste ato demonstrando apoio à aprovação da PEC”, ressaltou o presidente do Instituto Mosap, Edison Guilherme Haubert.

Haubert também analisou a presença de parlamentares da base do governo no ato, que se manifestaram favoráveis à PEC 555. Ele reforçou: “Não podemos sair daqui hoje só com o nosso movimento. Temos que continuar até a semana que vem, uma semana ‘D’ para nós. Vamos nos manter unidos, nos dirigir a todos os líderes e parlamentares. O discurso aqui é muito bom, mas precisamos do voto deles no plenário”.

O presidente do Mosap convocou todas as entidades a manter a mobilização e dar continuidade aos atos. “Devemos permanecer aqui até a próxima quarta-feira, nas galerias, porque precisamos continuar pres-

“  
Vamos nos manter unidos, nos dirigir a todos os líderes e parlamentares. O discurso aqui é muito bom, mas precisamos do voto deles no plenário

Edison Guilherme Haubert  
Presidente do Instituto Mosap

cionando. Se isto não acontecer, a PEC não será votada. Há forte resistência do Palácio do Planalto ainda em relação à PEC. O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, precisa colocar nossa pauta em votação, mostrando que esta é uma casa independente, que não precisa de chancela do Palácio do Planalto”, acrescentou.

Em discursos emocionados, os presidentes do Sindifisco e da Anfip, Claudio Damasceno e Margarida Araújo, respectivamente, ressaltaram o poder de mobilização que o ato alcançou, além dos compromissos firmados pelos parlamentares presentes. “O deputado Vicente Cândido (PT-SP), um dos líderes da base governista, nos garantiu que o momento é propício para a nossa PEC entrar em votação na semana que vem”, exemplificou Margarida. A dirigente aproveitou o momento e fez a leitura dos deputados de São Paulo que não assinaram o requerimento a favor da votação da PEC.

“Nós faremos acontecer a aprovação da PEC 555”, afir-

mou Damasceno. A presidente do Sinait, Rosa Maria Campos Jorge, reforçou: “Este ato é para deixar claro que não vamos arrear o pé desta casa até a aprovação da PEC 555”.

## PEC 555/2006

Há 11 anos, os servidores públicos aposentados sofrem, mensalmente, com a continuação dos descontos a título de contribuição previdenciária, mesmo tendo contribuído para esse fim toda a vida profissional.

“Só com o fim definitivo deste equívoco haverá a devolução da equidade para aqueles que tanto fizeram pela construção e pelo aperfeiçoamento do Estado brasileiro. Não são os aposentados a causa de nenhum desequilíbrio nas contas da Previdência Social, mas sim uma série de desmandos históricos”, afirmam as entidades organizadoras do ato, que acrescentam: “A sociedade brasileira e os servidores públicos exigem a reparação dessa injustiça”. (Fonte: Andes-SN. Edição: Adufrj-SSind)



# PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

## O que virá por aí?

Os levantes de junho de 2013 quebraram o refluxo das grandes mobilizações e, agora, os protestos começam a retornar às ruas.

Mas o alcance do vigor das manifestações e o seu desdobramento político ainda não estão claros.

Estamos diante de um novo período de ascensão do movimento de massas no Brasil?

Essa onda de greves e protestos nas ruas, agudizando o conflito capital *versus* trabalho será suficiente para recolocar os trabalhadores organizados no centro da tensão política no país?

Se ainda não é possível descortinar com precisão o que virá por aí, alguns



**Ofensiva** da repressão contra professores no Centro do Rio

pontos alvissareiros para a perspectiva popular já podem ser observados.

A Copa do Mundo está logo ali e as manifestações críticas ao torneio se multiplicam. Para o dia 12 de

junho está sendo organizado um ato nacional.

Diferentemente do que se propaga, há uma ligação evidente entre as lutas específicas e a indignação mais geral.

Apesar da bruta repressão

do Estado, cresce a disposição para condenar o caos instalado em setores como Educação, Saúde e Transporte. Como destaca texto no *site* do Andes-SN.

Na área da Educação, as greves se multiplicam, como no Rio de Janeiro: são milhares de professores e profissionais do setor brigando contra o descaso do governo estadual e do município do Rio.

Professores, funcionários e alunos da USP, da Unicamp e da Unesp estão em greve.

No setor de transportes, rodoviários do Rio, São Paulo, Salvador e São Luís do Maranhão se mobilizam contra a superexploração dos patrões do setor (com a conivência de governos) e têm cruza-

do os braços.

Em São Paulo, os metroviários têm greve marcada para quinta-feira 5, se não houver acordo com o governo estadual.

O professor da Universidade Federal da Bahia, Carlos Zacarias, chama atenção para o fato de algumas dessas lutas serem tocadas atropelando a direção pelega de sindicatos de rodoviários. Assim como aconteceu com a greve dos garis do Rio, em março deste ano.

Marcelo Badaró, do Departamento da História da UFF, considera a possibilidade do nascimento de "um novo ciclo" de mobilizações que tragam de volta os trabalhadores à cena política.

### Repressão

Em Brasília, a polícia reprimiu violentamente (foto) a manifestação realizada na última terça-feira (27) contra as injustiças promovidas em nome da Copa do Mundo, a violência policial, pela demarcação das terras indígenas e pelo direito à moradia. O protesto foi organizado pelo Comitê Popular da Copa do Distrito Federal, MTST, representantes de movimentos sociais e sindicais, e contou com a participação de indígenas de mais de 100 etnias.



### CurtaS

- A higiene (ou falta de) no preparo das refeições do bandejão tem assustado os comensais do bandejão do CT
- A professora Maria Fernanda Quintela foi reeleita para a decania do CCS com mais de 70% dos votos.
- Há mais de um mês, o ar-condicionado do auditório do CPM (Central de Produção Multimídia)

- dia) está quebrado. Qualquer atividade tem que ser realizada com as portas abertas.
- Reitor da UniRio recebeu o Comando Local de Greve dos Técnicos-Administrativos. Se disse a favor da reabertura de negociações com o governo.
- Sob patrocínio oficial, o Proifes age no Maranhão e tenta golpear a Apruma.

### AspaS

"O que tinha pra ser roubado já foi"

Joana Havelange, filha de Ricardo Teixeira, diretora do Comitê Organizador Local da Copa do Mundo (COL) e neta de João Havelange.

### VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes





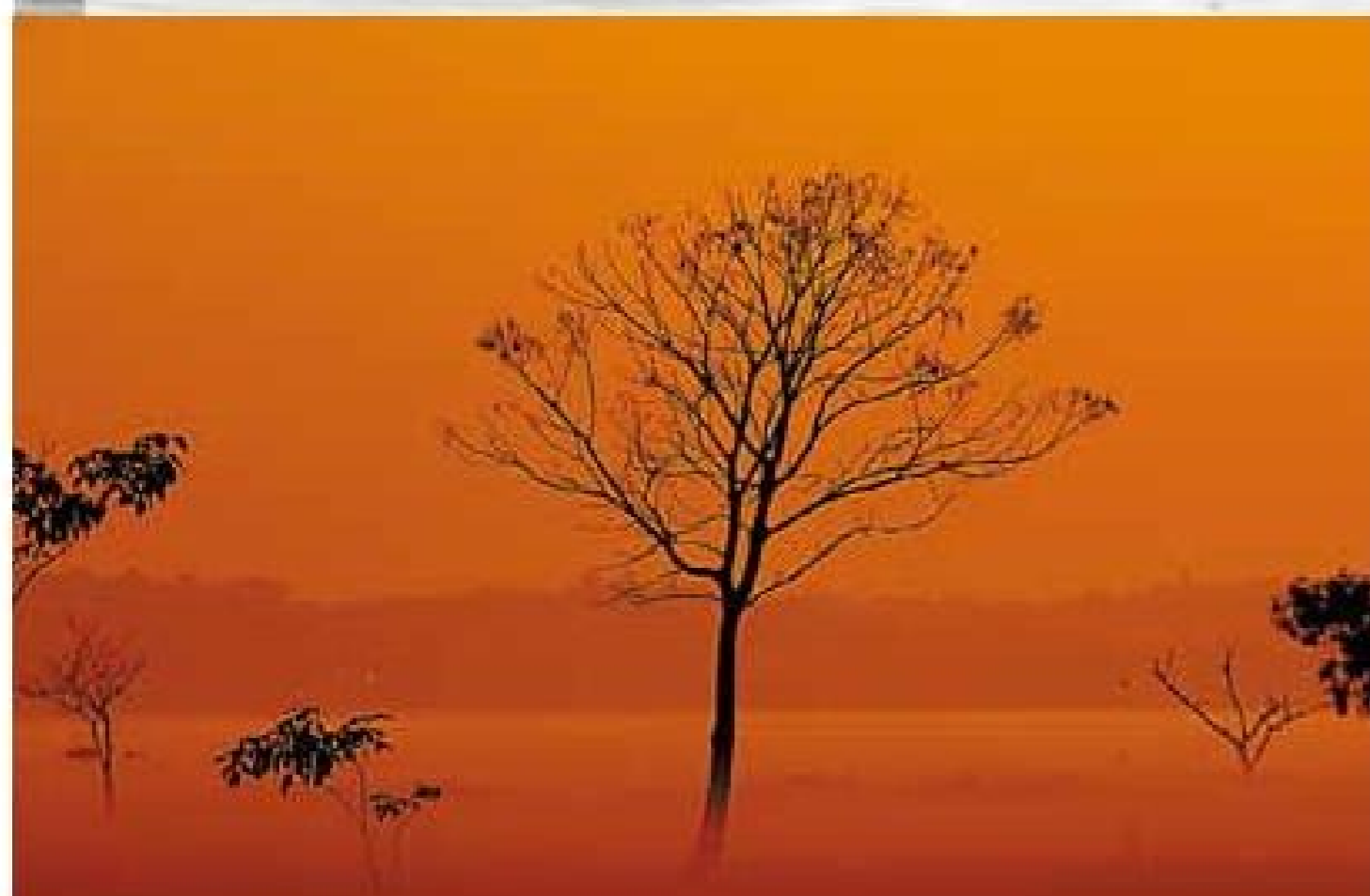
FOTOGRAFIA

# Olhar sobre A ILHA

Uma Ilha do Fundão bucólica, tecnológica, com árvores, água, aço, destroços de concreto e a figura humana em movimento emerge das imagens premiadas pelo concurso “Viva a Ilha do Fundão”, organizado pela Coppe/UFRJ. Foram doze fotografias escolhidas nas categorias Ciência e Tecnologia, Natureza e Arquitetura, Vida no Campus e Voto Popular – nas quais o público pôde votar pela internet. O concurso recebeu 755 imagens. O melhor: as fotos vencedoras estão expostas até 18 de junho no CT 2, na Cidade Universitária.



**Felicidade**  
por Mauricio A.C  
Aghina: 1º lugar  
(Vida no Campus)



**Amanhecer  
no Fundão**  
por Milton César  
Martins Maurente:  
2º lugar (Natureza  
e Construção)



**O voo**  
por Lúvia Vidal do  
Amaral: 2º lugar  
(Vida no Campus)



**Serpente Mecânica**  
por Ricardo Alves Ferreira: 1º lugar  
(Ciência e Tecnologia).

**Construção na  
Ilha do Fundão**  
por Tchello d'Barros:  
1º lugar (Natureza  
e Arquitetura)

**Entre Tempos**  
por Frederico  
Augusto Ribeiro  
d'Arêde: 3º lugar  
(Voto Popular).

